



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Ano XIV – nº 256 – Porto Alegre, segunda-feira, 21 de outubro de 2019

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

PORTARIA Nº 1047, DE 27 DE SETEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre delegação e subdelegação de competência à Diretoria de Recursos Humanos.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto na Portaria TRF4 nº 698/2019, da Presidência, no processo 0005407-30.2019.4.04.8000, resolve:

Art. 1º Delegar competência à Diretoria de Recursos Humanos, no âmbito de sua atuação, para:

- a) conceder antecipação ou prorrogação de férias requeridas fora do prazo regulamentar;
- b) conceder auxílio-funeral na forma das disposições legais e regulamentares pertinentes;
- c) conceder, cancelar e suspender período de gozo de licença-prêmio;
- d) conceder horário especial para estudante;
- e) lotar os servidores;
- f) conceder parcelamento de férias;
- g) designar o titular de função comissionada, bem como o substituto deste e do titular do cargo em comissão.

Art. 2º Subdelegar à Diretoria de Recursos Humanos competência para:

- a) decidir sobre requerimentos/pedidos de margem consignável e averbações, desde que não excedam ao limite previsto na Resolução CJF nº 4/2008;
- b) conceder progressão funcional;
- c) decidir acerca da interrupção de férias de quaisquer servidores;
- d) homologar resultados finais de avaliação de desempenho de servidores em Estágio Probatório.

Art. 3º A Diretoria de Recursos Humanos, sempre que a situação apresentar caráter excepcional, deverá submetê-la à Diretoria-Geral.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados até a data de publicação desta portaria.

Art. 5º Esta portaria revoga a Portaria nº 757, de 13-7-2017, e entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Gaspar Paines Filho, Diretor-Geral**, em 17/10/2019, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4852078** e o código CRC **966E76E7**.